

ESTUDOS DE CONSERVAÇÃO PARA OS REMANESCENTES CONSTRUTIVOS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CAPELA VELHA - ENGENHO BELO MONTE, PE.

Neuvânia Curty Ghetti¹

Cláudia Alves de Oliveira¹

Maria Aparecida da Silva Oliveira²

Rosemary Aparecida Cardoso³

Celyne Rodrigues Davóglia⁴

Resumo: O diálogo entre a Arqueologia e as outras áreas do conhecimento como a História, a Arquitetura, a Antropologia e com a Ciência da Conservação tem sido fundamental para a abordagem relativa à preservação do patrimônio arqueológico e cultural. A multiplicidade de informações referentes aos sítios históricos implica na necessidade do olhar de cada uma dessas áreas. Artefatos, documentos escritos, informação oral e a própria Arquitetura podem nos informar sobre as relações entre os seus ocupantes e desses com a sociedade. Com essa perspectiva, o trabalho partiu da análise dos vestígios materiais das estruturas remanescentes do Sítio Arqueológico Capela Velha, e das fontes documentais, com o objetivo de viabilizar o levantamento do estado de conservação dos remanescentes construtivos do Sítio. A classificação de tipologias de degradação, suas patologias e alterações, bem como uma possibilidade de quantificá-las para que sejam feitas as especificações de metodologias de intervenções adequadas. O material amostrado foi tratado de acordo com técnicas analíticas específicas e, sempre que possível, com exames não destrutivos. Os dados relativos à caracterização físico-química, técnica de produção e de construção (uso) e suas cronologias foram sistematizados e relacionados em um banco de dados e as amostras passaram a compor um banco físico de amostras que está disponível no Laboratório de Estudos Arqueológicos – LEA/CFCH/UFPE para estudos futuros.

1 Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

2 Discente (mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade federal de Pernambuco

3 Discente (Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade federal de Pernambuco.

4 Discente do Curso de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Abstract:

Studies in Historical Archaeology show the multidisciplinary nature of archaeology as a scientific discipline. The dialogue between archaeology and other areas of knowledge such as history, architecture, anthropology and the Science of Conservation has been essential in an approach to the preservation of archaeological and cultural heritage. The profusion of information regarding historical sites implies the need to look at each of these areas. Artifacts, documents, oral information and architecture can tell us about the relationship between its occupants and those with society. With this perspective, the work came from the direct analysis of the remaining structures of the Archaeological Old Chapel site – “Sítio Arqueológico Capela Velha”, part of the architectural complex. Moreover, these data associated with the documentary sources, subsidizes to the comprehension of the state of conservation of the building remains and to classify the degradation types, their conditions and changes, so that appropriate interventions methodologies specifications can be proposed. The sampled material was treated according to specific analytical techniques and, where possible, with non-destructive tests. Data on physical-chemical, technical production and construction (use) and their chronologies were systematized and listed in a database and samples were included in a physical bank of samples that is available in Archaeological Studies Laboratory - LEA / CFCH / UFPE for future studies. Key-words: Archaeological conservation. Archaeological Old Chapel site, Pernambuco.

Introdução

Os estudos em Arqueologia Histórica mostram o caráter multidisciplinar da Arqueologia como disciplina científica. O diálogo entre a Arqueologia e as outras áreas do conhecimento como a História, a Arquitetura, a Antropologia e com a Ciência da Conservação tem sido fundamental para a abordagem relativa à preservação do patrimônio arqueológico e cultural. A multiplicidade de informações relativas aos sítios históricos implica na necessidade do olhar de cada uma dessas áreas. Artefatos, documentos escritos, informação oral e a própria Arquitetura podem nos informar sobre as relações entre seus ocupantes e como estes se relacionavam com a sociedade.

Esta pesquisa insere-se no âmbito da linha de pesquisa “Arqueologia da Arquitetura em Arqueologia Histórica – uma investigação a partir dos remanescentes construtivos em sítios arqueológicos históricos e refere-se ao conjunto arquitetônico do Engenho Belo Monte, na busca de um entendimento de como ocorreram as transformações na edificação e no próprio lugar, que traz uma significativa importância ambiental/paisagística e cultural. O trabalho é

realizado a partir dos vestígios materiais das estruturas remanescentes do Sítio Arqueológico Capela Velha, parte integrante do referido complexo arquitetônico.

O objetivo geral da pesquisa é a elaboração de um Banco Físico e Imagético de Amostras dos remanescentes construtivos do Sítio Arqueológico Igreja Velha disponibilizado ao Laboratório de Estudos Arqueológicos – LEA/CFCH/UFPE para pesquisas futuras.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário caracterizar os remanescentes construtivos da Capela de São Francisco de Assis (Sítio Arqueológico Capela Velha); e coletar sistematicamente os vestígios e micro-amostras, através de prospecção aleatória de juízo.

O estudo metodológico e aprofundado do rico material coletado gerado a partir da pesquisa arqueológica realizou-se por meio de etapas distintas e complementares partindo da coleta sistemática seguida de uma série de testes analíticos e consolidação sintética dos dados de modo a gerar sólidos subsídios que embasarão a desejada elaboração Banco Físico e Imagético de Amostras e a preservação do patrimônio arqueológico da microrregião da Mata Setentrional Pernambucana.

A Proteção do Sítio Arqueológico

Cartas patrimoniais, legislação nacional e gestão do patrimônio arqueológico

A proteção do patrimônio cultural, especialmente do patrimônio arqueológico, como é o caso do sítio arqueológico histórico Capela Velha, do Engenho Belo Monte, em Pernambuco, advém da aplicação das cartas patrimoniais, entre outros instrumentos que contenham normas, procedimentos e conceitos que fundamentam a prática da conservação, embora sem validade legal.

Várias cartas patrimoniais quer no âmbito internacional como nacional, foram escritas nas últimas cinco décadas (Quadro 1). Participaram da elaboração das mesmas entidades como a Unesco (ONU) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos). Essas cartas apresentam uma síntese filosófica da prática da proteção e conservação dos monumentos no momento em que foram publicadas. Sua importância está relacionada ao auxílio na criação de leis de proteção do patrimônio cultural, melhorar o uso do dinheiro público dispendido e a

qualidade de vida da população usuária e moradora dos edifícios e áreas de preservação do patrimônio (CORRÊA, 2012).

No final da Primeira Guerra Mundial é redigida em conferência entre os países europeus a primeira carta patrimonial internacional, voltada à restauração do patrimônio destruído naquele contexto histórico: a Carta de Atenas, em 1931. Passava a ser de interesse dos Estados Nacionais a criação de uma unidade internacional para entender, intervir e realizar o gerenciamento do patrimônio cultural. O título de patrimônio da humanidade, instituído pela Unesco nos anos 1970 dará origem a inúmeras cartas patrimoniais subsequentes. Nessas circunstâncias, as cartas tem procurado consolidar os princípios relativos à conservação e à salvaguarda dos bens da lista do patrimônio mundial. Ainda, cada país, com seus contextos políticos, sociais e culturais específicos, produziram e ainda produzem cartas diferenciadas e complementares entre si.

Quadro 1: Relação das Cartas Patrimoniais e documentos correlatos nacionais e internacionais listados por Cury (2000).

Cartas Patrimoniais Nacionais e Internacionais listadas por Cury (2000)		
Documento	Contexto da criação ou objetivos	Ano
Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora	Estabelece definições, diretrizes e critérios para a defesa e salvaguarda dos jardins históricos brasileiros.	Out. 2010
Carta de Brasília	Resultados e conclusões apresentadas pelo grupo do Fórum Juvenil de Patrimônio Mundial acerca da proteção e promoção do Patrimônio Mundial (versão em espanhol).	Jul. 2010
I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural	Síntese preliminar das discussões feitas durante o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, e documento Subsídio para a II CNC do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural.	Mar. 2010
Carta de Nova Olinda	Documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio.	Dez. 2009
Recomendação Paris	32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de 17 de outubro de 2003 - Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.	Out. 2003
Cartagena de Índias, Colômbia	Decisão nº 460 sobre proteção, recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina.	Mai. 1999
Carta de Mar del Plata	Documento do Mercosul sobre Patrimônio Intangível	Jun. 1997
Carta de Fortaleza	Seminário: Patrimônio Imaterial - Estratégias e Formas	Nov.

	de Proteção	1997
Declaração de São Paulo II	Recomendações brasileiras à XI Assembleia Geral do ICOMOS.	Jul. 1996
Declaração de Sofia	Declaração de Sofia de 09 de outubro de 1996, elaborada durante a XI Assembleia Geral do ICOMOS.	Out. 1996
Recomendação Europa	Recomendação Europa sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais com as políticas paisagísticas, adotada pelo Comitê de Ministros por ocasião do 543º encontro de vice-ministros.	Set. 1995
Carta de Brasília	Documento Regional do Cone Sul sobre Autenticidade.	1995
Conferência de Nara	Conferência sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial.	Nov. 1994
Carta do Rio	Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.	Jun. 1992
Carta de Lausanne	Carta para a Gestão e Proteção do Patrimônio Arqueológico. No seu artigo 8 estabelece normas para a GPA: A gestão do patrimônio arqueológico exige o domínio de numerosas disciplinas em elevado nível científico. A formação de um número suficiente de profissionais nos setores de competência interessados deve, por conseguinte, ser um objetivo importante da política educacional de cada país. A necessidade de formar peritos em setores altamente especializados exige cooperação internacional**.	1990
Recomendação Paris	25ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO - Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular.	Nov. 1989
Declaração de São Paulo	Aprovada durante a Jornada Comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza.	1989
Carta de Cabo Frio	Encontro de Civilizações nas Américas.	Out. 1989
Carta de Washington	Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas.	1987
Carta de Petrópolis	1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos.	1987
Carta de Washington	Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas.	1986
Declaração do México	Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais.	1985
Declaração Tlaxcala	3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental.	Out. 1982
Declaração de Nairóbi	Assembleia Mundial dos Estados, no Quênia.	Mai. 1982
Carta de Florença	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios	Mai. 1981
Carta de Burra	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, na Austrália.	1980
Carta de Machu Picchu	Encontro Internacional de Arquitetos.	Dez.

		1977
Recomendações de Nairóbi	19ª Sessão da UNESCO.	Nov. 1976
Carta do Turismo Cultural	Seminário Internacional de Turismo.	Nov. 1976
Manifesto de Amsterdã	Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico - Ano do Patrimônio Europeu.	Out. 1975
Declaração de Amsterdã	Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu.	Out. 1975
Resolução de São Domingos	. I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano, pela OEA.	Dez. 1974
Recomendação Paris	Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.	Nov. 1972
Declaração de Estocolmo	Assembleia Geral das Nações Unidas.	Jun. 1972
Carta do Restauro	Carta do Restauro, do Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália.	Abr. 1972
Compromisso de Salvador	II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Natural do Brasil.	Out. 1971
Anais do II Encontro de Governadores	Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, em Salvador.	Out. 1971
Compromisso de Brasília	I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados e Presidentes e Representantes de Instituições Culturais.	Abr. 1970
Recomendação Paris	15ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas.	Nov. 1968
Normas de Quito	Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico.	Nov. Dez. 1967
Recomendação Paris	13ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas.	Nov. 1964
Carta de Veneza	II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos.	Mai. 1964
Recomendação Paris	12ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas.	Dez. 1962
Recomendação de Nova Delhi	9ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas	Nov. 1956
Carta de Atenas - CIAM	Generalidades, diagnósticos e conclusões sobre os problemas urbanísticos das principais e grandes cidades do mundo, apurados pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em Atenas.	Nov. 1933
Carta de Atenas – Sociedade das Nações	Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus.	Out. 1931
Carta de Pero Vaz de Caminha*	Primeira obra literária brasileira. Relata o descobrimento e descreve os primeiros contatos com a terra e seus	Mai. 1500

	habitantes.	
--	-------------	--

Fonte: adaptado de Cury (2000). *A Carta de Pero Vaz de Caminha é um documento histórico que está incluído na categoria dos documentos dos viajantes dos séculos XVI ao XIX ao Brasil, não representando propriamente uma carta patrimonial. **Ver Pardi (2002, p.9).

A Carta de Atenas de 1931 identificava a importância da preservação do patrimônio para a humanidade como um todo, com a participação de vários países e o uso dos monumentos (bens culturais imóveis) conforme os seus significados históricos. No momento histórico da sua elaboração objetivava a proteção dos monumentos nacionais. Esse documento enfatizava a manutenção permanente, evitando grandes intervenções de restauração. Sob esse aspecto, a carta incentiva à aplicação de novas tecnologias de restauração, desde que esteja evidenciada a diferença entre as partes originais e as reconstituídas (anastilose, com reintegração de elementos originais, mantendo a unidade estética do bem).

Outra carta patrimonial significativa surgiu em 1964, a Carta de Veneza. Este documento apresenta uma mudança na noção de patrimônio ampliado, que inclui, além dos monumentos ou edifícios isolados, edificações mais modestas e também conjuntos urbanos, passando a incluir o meio ambiente, associado ou não a essas construções. Ampliando a noção de meio ambiente como patrimônio, em 1972, é publicada a Carta de Paris, voltada à proteção dos patrimônios mundial, cultural (monumentos, conjuntos e lugares notáveis) e natural. Nesse sentido, o patrimônio natural considera os monumentos naturais físicos ou biológicos de valor científico ou estético, as formações geológicas ou fisiográficas, também de valor universal excepcional e os lugares notáveis naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas de mesmo valor (CURY, 2000).

Conforme Correa (2012), o Programa de Cidades Históricas (PCH) no Brasil foi implementado no início da década de 1970 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral sob a égide de política pública voltada à preservação do patrimônio cultural. Formulado e coordenado por órgão federal distinto do Iphan, apresentou capacidade de investimento de recursos na área do patrimônio cultural superior à do próprio Instituto naquele período.

Quanto à legislação brasileira que trata do patrimônio arqueológico, Bastos *et al* (2005) reuniram os seguintes documentos:

- a) Sobre a legislação geral estão incluídos: na Constituição Federal de 1988, artigos 215 e 216; a Lei Federal 3.924/61; Lei 7.542/86 e Lei 9.605/98, lei de crimes ambientais;
- b) Quanto às normas de licenciamento: a Resolução Conama no. 001/86; Portaria Sphan no. 007/88; Portaria Iphan no. 230/02; Portaria Iphan no. 28/03; Portaria Interministerial no. 69/89; as normas específicas sobre os bens arqueológicos submersos previstas na Lei 7.542/86 e a Resolução SMA no. 34/02;
- c) Os procedimentos de segurança estão previstos no Decreto no. 72.312/73;
- d) Entre as cartas de recomendações internacionais, os autores incluem a Carta de Nova Delhi, de 1956; a Carta de Lausanne, de 1990; Carta de Sofia, de 1996 e a Convenção da UNESCO/Patrimônio Cultural Subaquático, de 2001;
- e) Sobre as penalidades em relação à destruição ilegal do patrimônio arqueológico, estão destacados os artigos 165 e 166 do Código Penal; artigos 1 a 22 da Lei no. 7.347/85; artigos 2 a 82 da Lei no. 9.605/98 e artigo 1 ao artigo 62 do Decreto no. 3.179/99;
- f) Incluem-se, ainda, como cartas e moções, a Carta de Santos, de 2004; Moção Arqueologia Subaquática, de 2004; e a Moção em prol a Portaria Iphan no. 230/02.

Em 2014 foi criada uma Instrução Normativa (IN) do Iphan em relação à Portaria 230/2002. Entretanto, ainda devem ocorrer modificações na legislação e o possível reconhecimento da profissão do arqueólogo.

O processo de gestão do patrimônio arqueológico inclui parâmetros como os aspectos administrativos, econômicos e políticos e éticos relacionados com os bens dessa natureza, as vertentes de proteção e de promoção da Gestão do Patrimônio Arqueológico - GPA, assim como sua teoria e prática, os aspectos históricos e a sua realização em outros países. Esses parâmetros foram detalhados por Pardi (2002). Para a autora, encontrava-se ausente uma estrutura eficiente de gestão diante de uma arqueologia empresarial crescente e desordenada; a invisibilidade do patrimônio arqueológico para os brasileiros, resultado da pouca documentação divulgada sobre os bens arqueológicos e a inexistência de políticas públicas voltadas ao patrimônio arqueológico. Esses problemas registram-se ainda nos dias atuais.

A GPA é uma área de especialidade complexa, que ainda necessita de apoio das instituições de patrimônio, espaço e desenvolvimento de práticas orientadas específicas. Para o desenvolvimento de uma Gestão do Patrimônio Arqueológico sistemática torna-se importante o bom uso da documentação, como a do SGPA, de alcance nacional, o PPA, INCA e CNSA para os Estados e Municípios. Para Pardi (2002), a GPA pode ser compreendida, de forma mais específica, como:

[...] uma área de especialidade da arqueologia, a qual além dos conhecimentos tradicionais do setor deve reunir noções de legislação, relações públicas, políticas e administração pública, orçamento e finanças, organização e método, psicologia etc. A especialidade pode ser aberta a profissionais de outras áreas, mas que deverão ter nível de ações e decisões definidas, em relação ao nível de interferência da conservação física dos sítios, acervos e documentos (PARDI, 2002, p. 9).

Ainda, segundo Pardi (2002), os macros processos da gestão do patrimônio arqueológico incluem 4 aspectos básicos da especialidade: a) o da identificação: de sítios (regional ou pontual), de arqueólogos, empresas ou instituições, de peças ou coleções (acervos), de pesquisas (pré-colonial, histórica, subaquática, gestão do patrimônio); b) da documentação: que inclui a do sítio, acervo, do conhecimento e da devolução ou divulgação do conhecimento, do acervo e bloco testemunho; c) de proteção: com as normas de licenciamento (de material para o exterior, de projetos acadêmicos, de projetos empresariais, de turismo cultural, de outros tipos de licenciamento); de denúncia de destruição, trânsito, comércio e tráfico de bens; de tombamentos; de zoneamentos; de conservação (de peças arqueológicas, de sítios pré-coloniais, de sítios históricos, de sítios subaquáticos); e d) de promoção: incluindo o turismo cultural, a educação patrimonial, campanhas, relações públicas (internas e externas) e a capacitação de pessoal.

O IPHAN encontra-se setorizado para atender esses aspectos básicos da especialidade do GPA: identificação, documentação, proteção e promoção. Essa competência/responsabilidade havia sido atribuída pela Constituição Federal de 1988 e na Lei no. 3.924/61 (PARDI, 2002).

Embora a Constituição de 1988 tenha instituído legalmente o Iphan como tutor legal do patrimônio arqueológico, também distribui responsabilidades compartilhadas pela proteção

dos bens arqueológicos a outras instâncias (centros de pesquisa, institutos, fundações, universidades, entre outros) e a todos os cidadãos. Não são considerados da mesma forma os patrimônios paisagísticos, espeleológicos e os paleontológicos (PARDI, 2002).

A região onde está inserido o Engenho Belo Monte apresenta aspectos arqueológicos, históricos e arquitetônicos importantes que contribuem de forma significativa para o conhecimento da história da ocupação no estado de Pernambuco. O levantamento e estudo dos vestígios arqueológicos históricos ali existentes tem valor particularmente relevante, especialmente em face da inexistência de trabalhos de investigação anteriores e a consequente integridade do sítio arqueológico.

Os remanescentes da Capela de São Francisco encontram-se em estado precário de conservação o que pôde ser registrado pelo levantamento fotográfico e da observação sistemática macroscópica *in situ* de análises em laboratório derivando na vinculação destes dados para montagem de um banco de amostras físico e imagético para os remanescentes construtivos do Sítio arqueológico Capela Velha.

Contexto Ambiental- Caracterização do Macro ambiente

O Sítio Arqueológico Capela Velha, situa-se na microrregião da Mata Setentrional, na região norte da mesorregião da Zona da Mata Pernambucana. Geograficamente a área do Sítio situa-se entre os Municípios de Carpina, Lagoa de Itaenga e Paudalho. A região apresenta relevo constituído de superfícies planas, com suaves e fortes ondulações representadas por solos arenosos e argilo-arenosos. O clima é o Tropical Chuvoso, com verão seco.(CPRM, 2005)

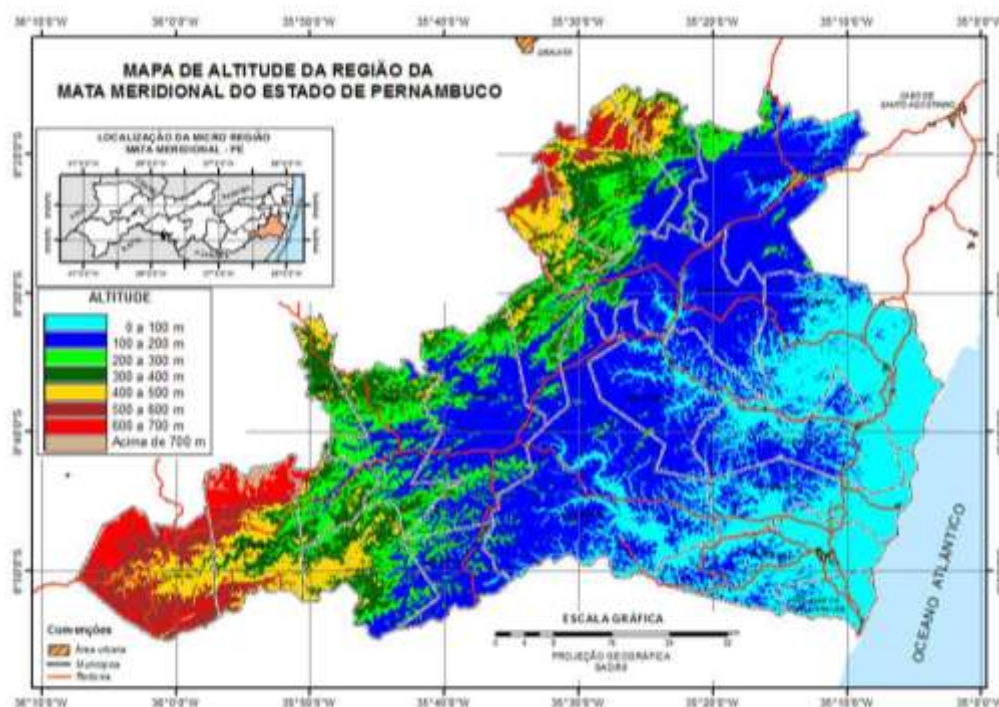


Figura1: Mapa de Altitude da Região da Mata Meridional de Pernambuco. Fonte: www.agencia.cnpti.embrapa.br. Acesso 13/04/2015.

Localização geográfica: Área entre os Municípios de Carpina, Lagoa de Itaenga e Paudalho.

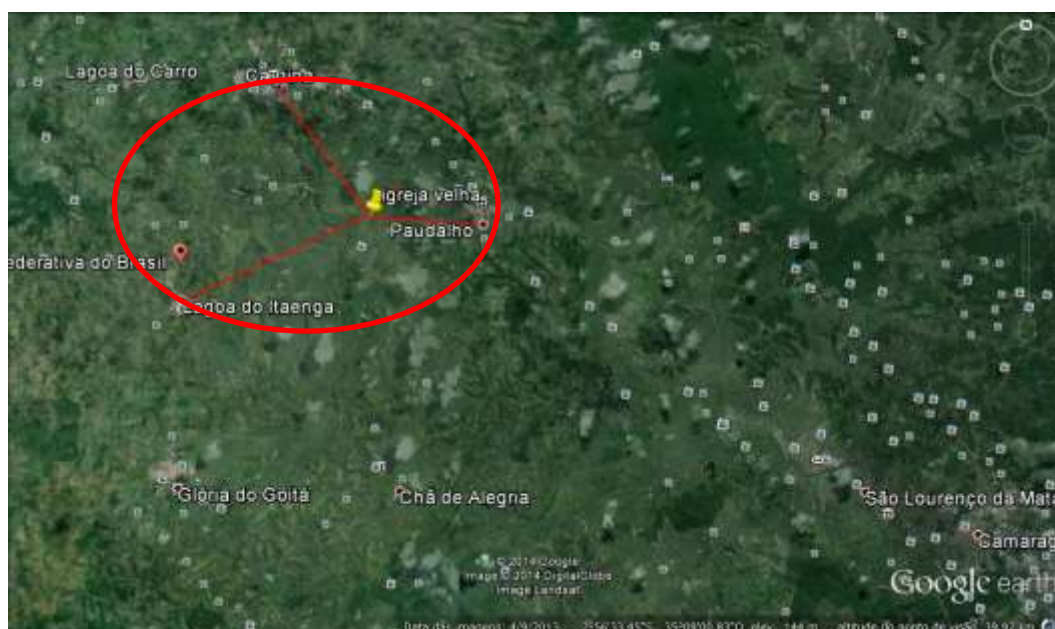


Figura 2: Localização do Sítio Capela Velha, em relação aos municípios vizinhos. Fonte Google Earth, 2014.

Contexto Ambiental- Caracterização do Mesoambiente- Engenho Belo Monte e a Usina Petribu

Atualmente o conjunto arquitetônico do Engenho Belo Monte corresponde às estruturas remanescentes das suas instalações, sendo hoje composto pelas estruturas remanescentes da Capela de São Francisco e uma Chaminé (moita, bueiro) além de estruturas dos alicerces de edificações de moradias (Casa Grande – Demolida -Fonte Fundarpe, out./1978) e demais dependências. No local, foram executadas atividades de resgate arqueológico com vistas ao entendimento desse contexto.

A área onde está localizado o Sítio Capela Velha corresponde a uma área de aproximadamente 25.000 hectares com o plantio da cana-de-açúcar.

O cultivo da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*) requer muita mão de obra, uma vez que metade de toda a cana-de-açúcar é colhida manualmente.

Normalmente a maturação da cana-de-açúcar se dá durante o período seco e a sua produção é regulada por diversos fatores, dentre os quais se destacam: variedade escolhida, fertilidade do solo, condições climáticas, práticas culturais, controle de pragas e doenças e método de colheita (PARQUAT, 2015).

Antes do corte, os campos de cana de açúcar podem ser queimados para eliminar as folhas, que têm bordas afiadas, para espantar cobras, e evitar que sementes de ervas daninhas sejam devolvidas ao solo. Os talos e raízes da cana de açúcar são deixados intactos. De acordo com o Relatório Final I.E. Garanhuns, 2015, a colheita na área de plantio da Usina Petribu iniciava-se com a queima do canavial ou mecanizada. A queima é uma técnica que visa limpar as folhas secas da planta; posteriormente os caules são cortados, desbastados, agrupados, colocados em caminhões e transportados para a Usina.

A queima da cana de açúcar é controversa devido aos efeitos adversos sobre o solo e a fauna, bem como o perigo de que os incêndios fujam do controle, e é proibida em alguns países.



Figura 3: Sítio e entorno tomado por canaviais. Fonte: Pereira, A. A. Relatório Final I.E.Garanhuns, 2015.

A Capela

De acordo com o Levantamento Arqueológico da Capela (Relatório Final I. E. Garanhuns, 2015), sua planta em partido retangular, localiza o altar na parte posterior da nave, ladeado pelos cômodos da sacristia, onde estes dois últimos já se encontram destruídos. Conforme apontado no Relatório, a mesma possuía aproximadamente 7,3 m de largura e 15,3 m de comprimento, totalizando uma área edificada de 110 m². Sua altura aproximada era de 8,6 m, para o cume do telhado e 6,6 m para as laterais.

O Relatório apresenta uma descrição da Capela tomando como base fotos antigas documentadas pelo “Inventário e Georeferenciamento de Engenhos de Cana-de-açúcar na Zona da Mata de Pernambuco”, publicado em 2010 pelo Iphan/PE. Foram descritas a Fachada Principal, Laterais e Posterior, a técnica construtiva e a sua ambientação interna.

Estas descrições foram consideradas importantes em sua abordagem final uma vez que teve como objetivo descrever as estruturas remanescentes da capela, procurando fornecer dados sobre as características construtivas e estilísticas; a funcionalidade; a dinâmica da edificação envolvendo construção / uso / reformas e arruinamento; bem como informar sobre o atual estado de conservação das mesmas.

Considerando que as etapas de trabalho em laboratório com investigação e análise tiveram como objetivo identificar os materiais coletados em campo e avaliá-los - individualmente e/ou coletivamente - através do cruzamento de seus dados, foram, assim, definidos procedimentos analíticos, que tratam das tarefas descritivas, avaliativas e interpretativas com vistas ao

entendimento, do universo de materiais coletados e sua integração com as informações obtidas em campo.

A partir desta premissa, os trabalhos de coleta sistemática de amostras tiveram como pressuposto consubstanciar um acervo amostral representativo e suficiente para o entendimento e a elucidação do contexto em questão.

Diagnóstico e Análise do Estado de Conservação

Diagnóstico de Conservação

O levantamento do estado de conservação de um objeto arquitetônico ou qualquer estrutura é um dos primeiros e mais importantes procedimentos a serem executados dentro de um programa de Preservação e Conservação. Seu objetivo é apresentar uma classificação de tipologias de degradação para que numa etapa seguinte seja feita a especificação de metodologias de intervenção.

Esta pesquisa apresenta uma análise inicial das degradações encontradas e de um mapeamento de danos que visa à localização das patologias bem como uma possibilidade de quantificá-las.

A metodologia empregada

A identificação dos tipos de patologias e danos foi baseada nas especificações da Norma 1/88, elaborado pelo Instituto Central de Restauro de Roma e pelo Conselho Nacional de Pesquisa de Obras de Arte de Milão, para caracterizar e padronizar os termos que nomeiam os diferentes tipos de deterioração de materiais pétreos.

Foi examinado um total de aproximadamente 30 vistas de fachadas e paredes internas. Não foi contemplada a totalidade das superfícies devido à falta de acesso e visibilidade, principalmente por causa da presença de vegetação. Acredita-se que as estruturas estudadas sejam um referencial seguro para a análise de danos de toda a capela.

Exterior da capela



Figura 4: Parede lateral direita da Capela a São Francisco de Assis. Fonte: Acervo imagético do Sítio Capela Velha. Fonte: LACOR, 2014.

A fachada principal encontra-se em fase de arruinamento, com desabamento parcial. Há parte do rebocona parede remanescente e uma grande parte faltante com os tijolos expostos, e parte está coberto por vegetação local que aflorou em meio aos tijolos feitos de barro.



Figura 5: Parede lateral direita da Capela dedicada a São Francisco de Assis. Fonte: Acervo imagético do Sítio Capela Velha. Fonte: LACOR, 2014.

A parede lateral direita, assim como a da esquerda, tem grande parte do seu reboco faltante, deixando os tijolos de sua estrutura expostos, ainda tem em sua parte superior o beiral do teto e os quatro vãos caracterizando as aberturas para as janelas. Também no beiral do teto ainda encontra-se resquícios do telhado. É evidente a presença de umidade em toda a construção.

Interior da Capela

O interior da capela ainda se encontra com grande parte do seu reboco, ainda que escurecido devido a umidade ascendente, sujidades e pela ação biológica agravado pela inexistência da cobertura, também encontram-se elementos decorativos como ornamentos das colunas, das paredes e altar ainda no local de origem, o piso foi tomado por sedimento e plantas locais proliferam. Não há mais elementos do altar-mor e os ornamentos das paredes estão em estado avançado de deterioração encontrando-se fragmentos destes pela superfície.



Figura 6: Interior da Capela dedicada a São Francisco de Assis. Fonte: Acervo imagético do Sítio Capela Velha. Fonte: LACOR, 2014.

Elementos construtivos remanescentes da Capela

As **fundações** não foram acessadas nessa etapa da pesquisa arqueológica, mas de acordo com Relatório Final I. E. Garanhuns (2015), a pesquisa identificou a presença de uma base ou plataforma de nivelamento para elevação frontal e lateral direita cerca de 2 m em relação ao lado posterior e lateral esquerda, também elevada cerca de 30 cm do solo. Esta plataforma foi edificada em alvenaria de tijolos e blocos de rocha gnaisse. Foi identificada uma escada de acesso à entrada. O **piso** externo foi identificado como sendo de cimento grosso e o interno de cimento queimado, ambos na cor natural do cimento. O altar mor possuía um piso em plano elevado 25 cm em relação ao da nave, havendo entre os dois um degrau. No piso constatou-se que há furos nas pilastras e no piso entre o altar mor e a nave indicando ter existido ali uma divisória entre estes dois ambientes. Estas divisórias costumavam ser de madeira, formando uma balaustrada.

A pesquisa arqueológica registrou ainda que dos elementos em madeira, **portas e janelas** restam os batentes com algumas dobradiças, Estas dobradiças, de diferentes tipologias, foram fixadas com cravos, pregos e parafusos.

A capela encontra-se sem sua **cobertura** e parte das telhas foi empilhada na lateral da nave, junto à parede, denotando que provavelmente o telhado foi desmontado. Reforça esta suposição o fato de que os sedimentos depositados sobre o piso da nave não apresentam muitos fragmentos de telha. Uma situação intermediária pode ter sido o telhado ter iniciado um processo de desabamento e então foi todo desmontado. De qualquer forma, não constam telhas empilhadas suficientes para cobrir todo o telhado. (Relatório Final I. E. Garanhuns, 2015).

As **paredes** em alvenaria de tijolos maciços de barro assentados em argamassa de argila e cal e de acordo com o Relatório Final I. E. Garanhuns (2015), o corpo principal da capela, que correspondente à nave, contava com paredes autoportantes de 85 cm e os cômodos posteriores 55 cm, constatando-se diferentes tamanhos de tijolos empregados e irregularidade no aparelhamento das fiadas. A fachada posterior apresenta-se com menos detalhes sendo evidente a presença de um reforço de chapisco atravessando de cima abaixo pelo centro a

parede. Esta intervenção também foi implementada na face interna desta parede, onde foi possível identificar uma viga de amarração atravessando a mesma na altura do retábulo.

Os **tijolos** foram assentados com **argamassa** de argila e cal, com a presença de areia lavada e constatou-se na pesquisa arqueológica que a edificação sofreu diversas intervenções para manutenção ou reforma no qual se utilizou argamassa com cimento *Portland*.

A pesquisa arqueológica ainda destacou que uma característica do sistema de assentamento dos tijolos foi o uso de pequenas pedras e fragmentos cerâmicos de telhas e formas de pão-de-açúcar. Como os tijolos maciços eram feitos de forma artesanal, ocorria muita variação dimensional nos mesmos. Com isso ao serem assentados, a fiada terminava por tender a não ficar aplumadas, de forma que tornava-se necessário o uso de calços para corrigir as imperfeições. No caso específico da capela, soma-se o fato dos tijolos apresentarem diferença dimensional por serem de tamanhos distintos, fato que ampliava este problema de nivelamento.

Devido à queda parcial do revestimento das paredes, pode-se observar arcos de descarga, cuja finalidade é aliviar os esforços sobre a verga. O arco construído em tijolo fica inserido dentro da alvenaria.

Análise do estado de Conservação:

A metodologia adotada para a análise do estado de conservação dos remanescentes da capela contou com um esquema para cada uma das paredes, sua localização na capela, registro do estado da parede, com marcação das patologias e breve descrição destas.

O mapeamento de danos foi feito sobre fotografias e separadamente para cada fachada ou vista interna. Foram identificadas de forma sequencial partindo da fachada frontal, da esquerda para a direita, para então percorrer o perímetro da capela no sentido anti-horário.

A edificação conta com alterações sucessivas em sua construção. As plataformas da base sobre a qual está edificada a capela apresentam trechos em processo de arruinamento, principalmente nas laterais à direita, De acordo com o Relatório Final I. E. Garanhuns (2015), este pode ser um dos fatores a favorecer a desestabilização estrutural da edificação como um

todo. A escada de acesso à entrada está soterrada pelos escombros da fachada frontal desmoronada.

Na fachada posterior a presença de rachadura motivou o uso de uma intervenção em cimento Portland para conter o seu avanço.

Algumas áreas ainda mantêm argamassa de revestimento. Esta é de textura lisa e é também utilizada como um estrato de nivelamento da alvenaria. Apresenta desprendimentos localizados do substrato.

Foram coletadas 07 amostras de argamassa para análise de traço sendo 03 de argamassa de assentamento e 04 de revestimento. A análise desses resultados acompanhará o documento de metodologia de intervenção para a conservação.

De acordo com o Relatório Final I. E. Garanhuns (2015), o sistema de pintura foi a caiação com uso de pinceis tipo brocha. Este procedimento será caracterizado em laboratório após análise microscópica dos revestimentos remanescentes com pintura.

A presença de vegetação é a maior causa de deterioração. Há uma cobertura vegetal em áreas dos topos das paredes. Há também perda de alvenaria, rachaduras de menor espessura, perda de argamassa de assentamento e de revestimento, perda de elementos decorativos na fachada frontal e nas paredes internas.

Não há presença de pichações, não sendo também identificados arranhões e riscos nos revestimentos remanescentes.

Toda cobertura foi perdida, no entanto algumas telhas de beirais nos topos das paredes permanecem.

As patologias de degradação identificadas correspondem a 05 tipos e levam às principais intervenções de conservação.

Patologias identificadas

Presença de vegetação- A presença de vegetação espontânea no topo das paredes com plantas naturais da região ocorre de forma constante.

Cabe ressaltar a proliferação de pátina biológica com algas, fungos, musgos e líquens, rachaduras, trincas e fissuras de menor porte podem ser notadas.

Presença de vegetação regional, cactos, trepadeiras localizadas no topo das alvenarias.

Perda de Argamassa de revestimento- A perda de argamassa de revestimento acontece em quase toda a área baixa da capela e mais de 50% das alvenarias encontram-se expostas. A superfície argamassada remanescente nas partes baixas é recoberta por pátina biológica, proveniente da umidade ascendente.

Foram coletadas amostras de argamassas de revestimento e de assentamento para análise e caracterização de traço. Sendo identificadas diferenças entre locais distintos da estrutura da edificação. A análise de traço auxiliará nos projetos de conservação para embrechamento de superfícies ou recomposição de alvenarias.

A argamassa de revestimento coletada tem superfície lisa e aparência homogênea, enquanto as argamassas de assentamento/ emboço têm coloração ocre e rosácea e apresentam areia de granulação variada.

Perda de Alvenaria – Houve perda de alvenaria, argamassa e elementos decorativos em muitos pontos. A perda de alvenaria ocorre de três maneiras características: A primeira ocorre com a perda total da parede; a segunda é a perda das extremidades da parede desabada, sendo possível identificar grandes tijolos que sobressaem da estrutura remanescente. A terceira é a perda localizada de cantos e partes em meio às superfícies, ocasionando nichos de crescimento biológico (vegetal ou casa de insetos) ou início de rachaduras.

Perda de elemento decorativo- Há perdas de frisos de arremate superior das fachadas, frisos internos e elementos decorativos individualizados. Encontra-se em superfície elementos decorativos dos púlpitos e nichos internos sendo facilmente localizados pela marca da perda na própria fachada e onde a peça foi encontrada, diretamente abaixo do seu local original. Tem a forma de Concha e encontra-se razoavelmente íntegro.

Madeira deteriorada- Há poucos remanescentes de esquadrias em madeira.

Alguns marcos de vãos altos ainda têm suas peças no local. São aquelas verticais e sobrevergas em arco abatido. As peças horizontais baixas não existem mais. Constatou-se que os elementos em madeira que sofreram ataques de cupins sofreram manutenção ao longo do tempo, indicando intervenções e uma preocupação com a preservação da capela.

Rachaduras e Tricas- Rachaduras estruturais são reconhecíveis nos arcos das grandes paredes da nave. Estas rachaduras menores são reconhecíveis nas quinas dos vãos e abaixo de locais onde a presença de vegetação tem maior intensidade. Até agora estas rachaduras não representam risco para colapso das superfícies. Não foram identificados recalques diferenciais nas paredes.

A maior parte das patologias encontradas nas estruturas da capela está relacionada os fatores ambientais naturais.

Composição do Acervo Físico

Foi realizada uma coleta de superfície na área interna e externa da capela, onde foram encontrados materiais cerâmicos como telhas tipo canal e tijolos, argamassa com gesso para os elementos decorativos, e rebocos de paredes também com argamassa. Estes são compreendidos como vestígios/artefatos, e foram levados para o LEA (Laboratório de Estudos Arqueológicos) do Departamento de Arqueologia da UFPE.

O acervo totaliza 72 artefatos que tem em média entre 3,16 kg e 44 g com tamanhos que variam entre 42,11 a 205,10 mm de comprimento com espessuras que variam entre 28,08 a 150,90 mm. No LACOR (Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauração) estes artefatos, foram submetidos aos procedimentos de limpeza investigativa a seco com escova de cerdas macias, catalogação e acondicionamento individualizado. Estes remanescentes construtivos devidamente identificados foram segregados por tipologia de matéria-prima e função na edificação. Adotou-se como primeira etapa a seleção do acervo imagético relacionando a possível e real localização original dos artefatos, aos locais de coleta e de amostragem na tentativa de entender seu contexto, patologias e prever sua possível conservação.

Observa-se que alguns elementos coletados constituídos por gesso, que eram fixados por argamassa à parede ainda se encontram em considerável estado de preservação. Como exemplo o ornato-vestígio (SIV. 7306.3) - que pertence ao nicho lateral direito em seu lado superior esquerdo.



Figura 7: Ornato-Amostra SIV. 7306.3 do banco físico de vestígios sob guarda da UFPE Fonte: LACOR,2014.

Os elementos decorativos podem ser identificados e reconhecidos como partes faltantes em elementos principais como colunas, oratórios, púlpitos e fachada. Os elementos de origem barroca, podem ser associados a ligação com a ordem franciscana no nordeste.

Estas características artísticas predominam nos conventos, igrejas e capelas dedicadas a São Francisco de Assis. A análise de alguns elementos quanto ao seu local original dependerá da interpretação do acervo imagético a partir das características da Capela como um todo priorizando elementos cruciais para se entender o ambiente artístico, como portas, janelas, altar-mor, púlpito, nichos laterais, fachadas como também elementos em sua estrutura como no caso da cobertura.

Análise das amostras - Metodologia e cuidados preliminares

A sucessão de campanhas de construção no edifício, a diferenciação de materiais e métodos empregados, bem como a sua distribuição espacial, e na medida do possível, temporal; deverão estar bem definidos antes de iniciar a amostragem, de modo a assegurar que serão recolhidas as amostras representativas do contexto analisado (LENEC, 2004).

Metodologias de amostragem

O primeiro momento da Amostragem é a observação macroscópica *in situ* a análise da informação histórica.

O processo de Amostragem inicia-se considerando a divisão espacial da estrutura da edificação, as intervenções realizadas em cada parte ou zona da construção e segue considerando o conhecimento das possíveis transformações ocorridas pelos materiais ao longo do tempo.

1ª fase: uma amostragem completa e representativa dos elementos construtivos

- Identificação de zonas homogêneas através da observação macroscópica das estruturas murárias (paredes) – Fases construtivas;
- Estabelecimento de relações entre as fases construtivas e os materiais representativos da época no local.

2ª fase: identificação dos pontos mais representativos:

- Coleta de amostras de cada zona ou parte do edifício levando em conta o objetivo do trabalho a realizar
- Amostras para identificação da constituição dos materiais originais
- Amostras para estudo da patologia
- Amostras para caracterização do estado atual.

3ª fase: Análise pontual

Realiza-se a análise aprofundada dos vários estratos de uma única amostra de cada zona ou parte da edificação – partindo dos estratos internos para os externos.

Desenvolvimento e Procedimentos:

Realiza-se a coleta de superfície na área interna e externa da edificação com o registro imagético *in situ*, apresentando a localização inicial em superfície dos remanescentes construtivos. Foram coletados fragmentos de materiais cerâmicos como telhas tipo canal de diversas dimensões, tijolos de diversas dimensões, fragmentos de elementos decorativos e amostras de revestimentos (argamassa de revestimento; argamassa de assentamento).

Análise inicial do conjunto amostral

Argamassa de revestimento com pintura: As amostras coletadas, são referentes as paredes laterais externas direita e esquerda, paredes laterais internas da nave, fachada lateral direita e esquerda, fachada principal, e também parede lateral esquerda e direita do púlpito e parede interna lateral esquerda do altar-mor como também a parede externas do altar. As amostras coletadas representam o universo amostrados revestimentos (emboço e reboco) sem pintura e com pintura e argamassa de assentamento.

O Relatório Final I. E. Garanhuns (2015) aponta que o **revestimento** original da edificação foi todo feito com argamassa do mesmo tipo que aquela utilizada no assentamento dos tijolos. Todo revestimento da capela foi feito com uma camada prévia de emboço e sobre esta o reboco.

Foram identificadas diversas camadas de **pintura** com diferenciação de cores para os ambientes ou para setores distintos, como os rodapés e ornamentos. As **cores** utilizadas foram o branco, majoritariamente; seguido do azul, no altar mor, o amarelo na nave e o vermelho, em faixas nos rodapés da nave e altar mor e faixas nas paredes da sacristia.

Segundo Pôrto (2009) a caiçação é o processo final mais usual para o acabamento de uma alvenaria argamassada com cal e argila constituindo-se em um sistema de revestimento e proteção da alvenaria.

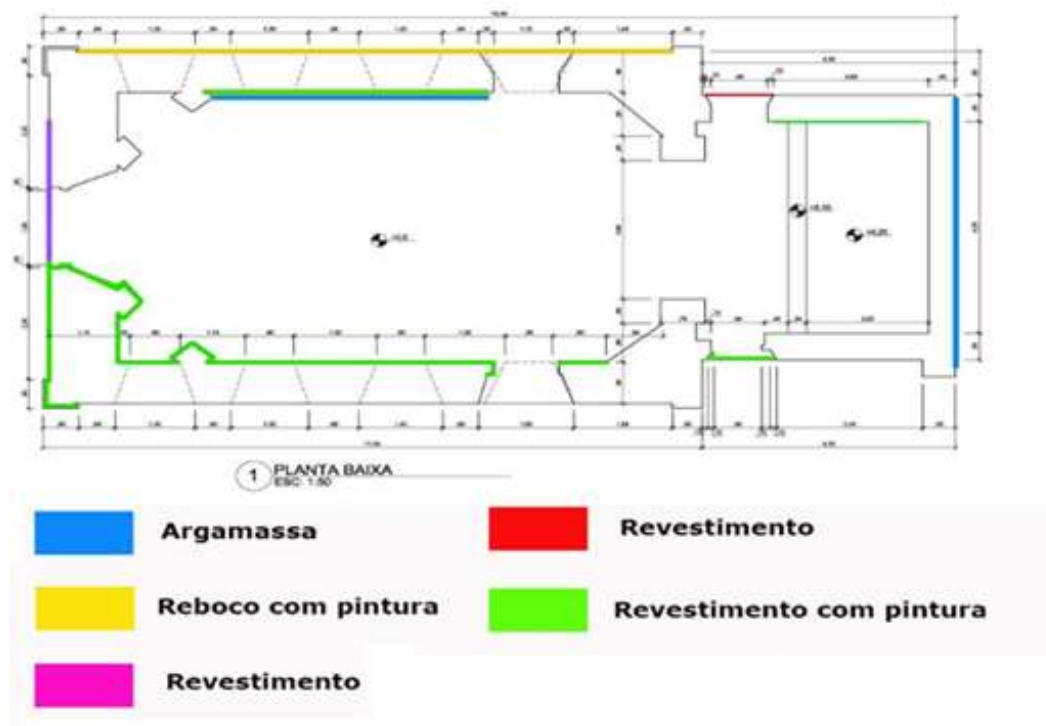


Figura 8: Planta baixa da capela de São Francisco de Assis, com localização das amostras retiradas respeitando a tipologia de materiais coletados. Fonte: LACOR, 2014.

Dentre as 16 amostras, 10 delas contém resquícios de tinta. O entendimento deste contexto leva a compreensão dos elementos artísticos usados no projeto de construção da capela como a tinta usada nas paredes, sua composição, seu aspecto tecnológico e a definição de cores usadas para a ornamentação da capela. Para análise dos revestimentos remanescentes das paredes, foi usada uma leitura microscópica, visando detectar inicialmente a sucessão das camadas de tinta e também o seu estado de alteração.



Figura 9: Amostra 1 camada 1, 2 e 3. Fonte: Acervo imagético LACOR, 2014.

Percebe-se a presença de três camadas de tinta, estas três camadas ficam mais finas, a partir da primeira camada chegando a finalizadora. As primeiras camadas de tinta apresentam-se opacas. Encontram-se visíveis sujidades e patologias.

Conclusão

De acordo com Fonseca (2005) o patrimônio se tornou como que uma espécie de valor vital, com uma importância imprescindível para o equilíbrio de uma sociedade em mutação permanente e aprofunda em sua reflexão dizendo que penetrar nas particularidades funcionais, físicas, estéticas, de uso ou simbólicas deste é como que entrar num emaranhado complexo e multifacetado onde múltiplos e paralelos discursos se poderão compatibilizar ou antagonizar. A mesma autora ainda defende que as decisões quanto a este universo são, portanto, tão complexas que poderão até justificar a omissão destes componentes em grande parte das decisões ditas patrimonialistas e preservacionistas.

Destacamos que a percepção dessas dinâmicas relativas ao patrimônio é um fenômeno mais ou menos recente, sendo imprescindível levá-las em conta na formulação de uma política de preservação e do planejamento do uso desse patrimônio. O fato é que as análises críticas das políticas de preservação têm dado ênfase às propostas que visam a democratizar o patrimônio a partir da ampliação do seu conceito e da participação da sociedade na constituição e no gerenciamento desse patrimônio.

Nesse contexto, ficou evidente a sequência de pensamentos e reflexões a partir das quais numerosas legislações nacionais, internacionais e em cartas de caráter regional, constituíram um rol de documentos importantes e fundamentais no que diz respeito aos princípios orientadores da conservação e da preservação do patrimônio.

A década de noventa do século XX foi marcada pelo conceito de desenvolvimento sustentável e pelo processo de uma crescente globalização econômica e cultural. A proteção dos recursos naturais, culturais e da diversidade das paisagens foi outro dos polos de reflexão. Segundo Paiva, Aguiar e Pinho (2006), transversal a todas as políticas encontra-se uma nova atitude: a prudência e a gestão cautelosa dos recursos sejam eles, naturais ou culturais.

Considerando que a proteção e a valorização das paisagens culturais e da paisagem em geral contribuem para preservar a memória das tradições e identidades culturais das comunidades humanas e são fatores de qualificação ambiental, surge então, a necessidade de se desenvolver novas estratégias para integrar a gestão da transformação dos lugares e da sua preservação no quadro de uma política abrangente de toda a paisagem (cultural e natural),

através de uma proteção unificada dos interesses culturais, estéticos, ecológicos, econômicos e sociais dos lugares.

Desta forma, o uso que se faz com o patrimônio, seja ele sob qualquer adjetivação, como se manipula, ou se preserva apresenta, portanto, questões de uma complexidade crescente, isto porque o Patrimônio não existe somente como entidade física e objetiva. Nele está presente a memória e a legibilidade do passado e a sua fruição cultural precisa se harmonizar com o lado simbólico e com a dinâmica social local, sem o que seria impossível dar sentido aos bens culturais, porque, embora caindo na esfera de valor global, esses bens pertencem fundamentalmente à comunidade que lhes deu origem.

Nesse entendimento, analisamos os remanescentes construtivos resgatados da Capela Velha do Engenho Belo Monte, a qual encontra-se em estado de arruinamento.

As análises realizadas para esta pesquisamostram que, apesar da perda de elementos cruciais como a coberturada capela e de ornamentos importantes como a eira, além da alteração no piso, que deu lugar a vegetação local, a capela ainda guarda suas características construtivas.

O uso da área para plantação de cana-de-açúcar leva a possibilidade de que resíduos e o manejo associados à atividade agrícola possam gerar alterações específicas e potencialmente agressivas aos materiais constitutivos da edificação.

Constata-se, finalmente, que ações de preservação embora incidam sobre a matéria (substância), pois estas é que constitui o objeto da proteção jurídica, o objetivo da preservação do patrimônio é assegurar a permanência dos valores culturais neles identificados. Esses valores só são alcançáveis através da matéria, sendo incluída também a noção de conjunto dessas unidades materiais, da multiplicidade de coisas, geralmente heterogêneas. Além do que, no caso do patrimônio, os valores culturais estão inscritos na própria matéria, em função de seu agenciamento físico-material, que só pode ser captado através de seus atributos.

Desta forma buscou-se evidenciar os remanescentes construtivos da capela e seus atributos na tentativa de conhecer os fatores, mecanismos e indicadores de alteração relacionando-os às patologias observadas na edificação.

Assim, destaca-se como diretriz e iniciativa de planejamento e gestão do patrimônio – Capela Velha do Engenho Belo Monte, com base no diagnóstico e análise do estado de conservação, uma ação mais ampla, por meio da elaboração do banco de dados e amostras para preservação dos remanescentes arquitetônicos que compreendem um conjunto de valores materiais e não materiais que fazem parte do testemunho natural do fazer humano e guardam a memória, as crenças e as tradições do lugar como patrimônio cultural da Mesorregião da Mata Pernambucana.

Referências

BASTOS, R. L.; SOUZA, M. C.; GALLO, H. (Orgs). Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico – IPHAN. São Paulo: Iphan, 2005.

CORRÊA, S. R. M. O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Paudalho, Estado de Pernambuco / Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Manoel Julio da Trindade G. Galvão, Simeones Neri Pereira, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CURY, I. (Org.) Cartas Patrimoniais. 3. ed. Brasília: Iphan, 2000.

Educação Patrimonial para a Mata Norte. FUNDARPE. 2ª Edição. Recife, 2010.

EURICO NETO, N. A. ALBURQUEQUE DE LIMA, J. da S. & SILVA DAS NAVAES, A. M. Desenvolvimento local sustentável na zona da mata-PE: Aspectos estruturantes do pro-mata no município de Paudalho. UFPE, 2003.

FONSECA, M. C. L. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 2005.

Grupo Petribu - [www. Petribusa.com.br](http://www.Petribusa.com.br) acessado as Terça 10 out, 13:45

IPHAN- Interligação Elétrica Garanhuns. Org. ALVES, C. O. - Relatório Capela Velha- Belo Monte. Pernambuco, 2015.

IPHAN. Inventário e Georreferenciamento de Engenhos de cana-de açúcar na Zona da Mata de Pernambuco. V1.2010

LEGER, F. Funções da pintura. Livraria Nobel S.A .SP,1965. 93-130p

LENEC - Conservação e Renovação de Revestimentos de Paredes de Edifícios Antigos. Divisão de Edição e Artes Gráficas, Lisboa, 2004.

PAIVA J. V.; AGUIAR J.; PINHO A. (Coord.) Guia Técnico de Reabilitação Habitacional – V. 1 - Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2006.

PARAQUAT- 2015. Centro de Informações sobre Herbicidas- Cultivo da cana de açúcar. <http://paraquat.com/portugues/banco-de-conhecimentos/produ%C3%A7%C3%A3o-e-prote%C3%A7%C3%A3o-da-lavoura/cultivo-da-cana-de-a%C3%A7%C3%BAcar>, acesso 13/04/2015.

PARDI, M. L. F. Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Católica de Goiás / IGPA, 2002.

PÔRTO, N. Alvenarias e Argamassas: Restauração e Conservação: Org. Wallace Caldas. Rio de Janeiro: In-fólio, 2009.

Recomendações técnicas para o cultivo da cana-de-açúcarforrageira em Rondônia Nº21, nov./00, p.1-5 http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Rt_21000fkv0qne702wyiv80sq98_yqvmh7ouy. PDF

SILVA; da A. M. O barroco como horizonte e a paisagem vista do particular. Uma prática dos conventos franciscanos do nordeste. Meme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais

SILVEIRA, M. L. Introdução à teoria da cor. Editora UTFPR, 2011.